



Prot. Nº ____/____/____ Em ____/____/____ _____ _____	Unanimidade ( ) Aprovado ( ) Rejeitado ( ) Sessão de ____/____/____ _____ Presidente	Despachado  Em ____/____/____ _____ Presidente
--	---	--

## **PROJETO DE LEI Nº 094/25**

**“Dispõe sobre vedação do  
acorrentamento de cães e  
gatos por correntes ou  
cordas no âmbito do  
município de Santa Rita do  
Passa Quatro e, dá outras  
providências”**

**Art. 1º.** São proibidos o acorrentamento de cães e gatos e a manutenção destes animais em alojamentos inadequados.

**Art. 2º.** Para efeitos desta lei, considera-se:

**I - Acorrentamento:** meio de restringir a liberdade do animal, utilizando-se correntes, cordas ou similares, impedindo-o de se movimentar livremente no espaço em que se encontra;

**II - Alojamento inadequado:** qualquer espaço que ofereça risco à vida ou à saúde do animal, ou que não atenda às dimensões adequadas ao seu tamanho e porte, ou que desrespeite as normas e condições de bem-estar animal.

**Art. 3º.** Nos casos de impossibilidade temporária por falta de outro meio de contenção, o animal poderá ser aprisionado a uma corrente do tipo "vaivém" ou similar, devendo o acorrentamento atender às seguintes disposições:

**I - Ser temporário;**

**II - Permitir o deslocamento minimamente adequado do animal;**



Prot. Nº ____/____/____ Em ____/____/____ _____ _____	Unanimidade ( ) Aprovado ( ) Rejeitado ( ) Sessão de ____/____/____ _____ Presidente	Despachado  Em ____/____/____ _____ Presidente
--	---	--

**III** - Utilizar coleira compatível com o tamanho e porte do animal, não o submetendo a riscos, sendo vedado o uso de enforcadores de qualquer tipo, pontiagudos ou não;

**IV** - Possibilitar ao animal abrigar-se do sol, da chuva e da exposição ao calor ou frio excessivos;

**V** - Ter disponibilidade de água limpa e oferta de alimentação ao animal;

**VI** - Assegurar a conservação da higiene do alojamento e do próprio animal;

**VII** - Impedir o contato com outros animais agressivos ou portadores de doenças.

**Art. 4º.** Sem prejuízo da responsabilização civil e penal, o descumprimento das disposições desta lei sujeita seus infratores às sanções previstas na Lei federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e seu decreto regulamentador.

**Art. 5º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal da Estância de Santa Rita do Passa Quatro, 10 de setembro de 2025.

**Gilberto Bentlin Junior – Verdun**  
**Presidente**



Prot. Nº ____/____/____ Em ____/____/____ _____ _____ _____	Unanimidade ( ) Aprovado ( ) Rejeitado ( ) Sessão de ____/____/____ _____ Presidente	Despachado  Em ____/____/____ _____ Presidente
---	---	--

(Ref. Projeto de Lei nº \_\_\_\_/25)

## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como finalidade proteger cães e gatos contra práticas que atentem contra sua integridade física, emocional e bem-estar, proibindo o acorrentamento e a manutenção em alojamentos inadequados.

O acorrentamento permanente de animais é reconhecido por especialistas em comportamento e bem-estar animal como uma forma de maus-tratos, capaz de gerar sérias consequências, como agressividade, estresse crônico, lesões físicas, desenvolvimento de doenças e sofrimento psicológico. Além disso, restringir a liberdade de locomoção dos animais vai de encontro às normas básicas de cuidado e respeito à vida.

Da mesma forma, alojamentos inadequados — sem ventilação, sem espaço compatível ao porte do animal, sem higiene, sem acesso à água limpa, alimentação ou abrigo — configuram risco direto à saúde e à vida de cães e gatos, caracterizando crueldade e abandono.

O Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) e diversas organizações internacionais, como a Organização Mundial da Saúde Animal (OMSA), reforçam que o bem-estar animal está diretamente relacionado à garantia das chamadas “Cinco Liberdades”:

- Livre de fome e sede;
- Livre de desconforto;
- Livre de dor, lesões e doenças;
- Livre para expressar seu comportamento natural;
- Livre de medo e estresse.

O texto proposto ainda contempla situações excepcionais, permitindo temporariamente o uso de corrente do tipo “vaivém” ou similar, desde que respeitadas condições mínimas de dignidade, como espaço adequado de deslocamento, abrigo, alimentação, água potável e higiene, o que demonstra equilíbrio entre a proteção dos animais e a realidade de alguns tutores.

Vale destacar que a legislação federal já prevê responsabilização civil e penal para maus-tratos de animais (Lei nº 9.605/1998, alterada pela Lei nº 14.064/2020), porém cabe ao Município detalhar e regulamentar condutas específicas, de forma a assegurar maior eficácia na fiscalização e prevenção de abusos.



**CÂMARA MUNICIPAL**  
da Estância de  
Santa Rita do Passa Quatro  
**A CASA DA CIDADANIA**

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá, o  
músico que encantou além das terras do  
iaquitibá”*

Prot. Nº ____/____	Unanimidade ( )	Despachado
Em ____/____/____	Aprovado ( )	Em ____/____/____
____/____/____	Rejeitado ( )	____/____/____
____/____/____	Sessão de ____/____/____	____/____/____
	Presidente	Presidente

Assim, esta proposta busca harmonizar os princípios legais já vigentes com uma política pública de proteção animal mais clara e eficiente, promovendo a conscientização social e garantindo dignidade aos cães e gatos de nosso Município.

Diante do exposto, conclama-se o apoio dos Nobres Pares para aprovação deste Projeto de Lei, que representa um avanço significativo na promoção do bem-estar animal e no fortalecimento da cidadania.

Câmara Municipal da Estância de Santa Rita do Passa Quatro, 10 de setembro de 2025.

**Gilberto Bentlin Junior – Verdun**  
**Presidente**